



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA CÂMARA DE GRADUAÇÃO

Chapecó-SC, 22 de maio de 2013

1 Aos vinte e dois dias de maio de dois mil e treze, às nove horas, no Auditório,
2 da Unidade Bom Pastor, do *Campus* Chapecó da UFFS, em Chapecó-SC, foi
3 realizada por videoconferência, a 3ª Reunião Ordinária da Câmara de
4 Graduação do Conselho Universitário – CONSUNI da Universidade Federal da
5 Fronteira Sul – UFFS, presidida pelo Professor João Alfredo Braida -
6 Presidente da Câmara. **Fizeram-se presentes à sessão os seguintes**
7 **conselheiros:** Juliano Paccos Caram, Diretor do *Campus* Chapecó; Ede-
8 mar Rotta, Diretor do *Campus* Cerro Largo; José Oto Konzen, Diretor do *Campus*
9 Realeza. **Representantes Docentes:** Clóvis Alencar Butzge (*Campus*
10 Realeza); Maria Lúcia Marocco Maraschin (*Campus* Chapecó); Tatiane
11 Chassot (Suplente *Campus* Cerro Largo); Angela Derlise Stübe (Suplente
12 *Campus* Chapecó); Thiago Ingrassia Pereira (*Campus* Erechim).
13 **Representantes Discentes:** Nenhum discente compareceu à reunião.
14 **Representante dos STA's:** Guilherme Romero (Representante Técnico-
15 Administrativo *Campus* Erechim). **Não compareceram à reunião por motivos**
16 **justificados os conselheiros:** Antonio Alberto Brunetta e Rosane Rossato
17 Binotto (*Campus* Chapecó). **Não compareceram e não justificaram ausência**
18 **os conselheiros:** Kalinton Prestes e Leandro Antonio da Luz (Representantes
19 Discentes *Campus* Cerro Largo e Laranjeiras do Sul); Jucimara Meotti Araldi
20 (Representante Comunidade Externa – Estado SC). **Também fizeram-se**
21 **presentes à reunião:** Élsio José Corá (Diretor de Políticas de Graduação),
22 Dariane Carlesso (Pedagoga – representante da Diretoria de Organização
23 Pedagógica) e Debora Cristina Costa (Técnica em Assuntos Educacionais). O
24 Presidente João Alfredo Braida saudou a todos os presentes e iniciou a reunião
25 com a apreciação e aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2013,
26 realizada em 24 de abril. Foi sugerida uma correção na linha 360, a qual foi



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

27 feita pela secretaria e após, a Ata foi aprovada por unanimidade. Passou-se,
28 em seguida, aos informes e o prof. João Alfredo Braida comunicou que nos
29 dias 20 e 21 de maio, o *Campus* Chapecó recebeu seis comissões de
30 avaliação *in loco*, e uma comissão no *Campus* Erechim, para avaliação dos
31 cursos de História, Geografia, Filosofia, Ciências Sociais, Ciências da
32 Computação, Pedagogia e Geografia. Na tarde de ontem houve algumas
33 reuniões de finalização de trabalho das comissões, e suas manifestações
34 foram bastante positivas, e evidentemente apontaram alguns problemas
35 encontrados. Ontem também encerrou-se o prazo para preenchimento do
36 formulário que precede a designação da comissão *in loco*, dos cursos de
37 Administração (*Campus* Cerro Largo) e Ciências Econômicas (*Campus*
38 Laranjeiras do Sul). Informou ainda que na última semana, a Prograd finalizou
39 o processo de matrículas do Processo Seletivo 2013, depois de realizar a
40 décima chamada, que foi na modalidade presencial. Conseguiu-se fechar
41 praticamente todas as turmas que ainda tinham vagas, e haviam cursos que
42 tinham vagas, mas não havia mais candidatos a serem convocados. Entre a
43 nona e a décima chamada, houve um conjunto de desistência de matriculados,
44 e hoje existem 158 vagas do processo seletivo que não foram preenchidas.
45 Pensa que ao longo deste ano será preciso fazer uma avaliação relativa a
46 esses cursos, o histórico, e talvez elaborar um relatório e encaminhar à
47 CGRAD para uma reflexão no procedimento que será adotado nos próximos
48 processos seletivos. A conselheira Maria Lúcia Marocco Maraschin relatou que
49 participou do Encontro Nacional dos Coordenadores Institucionais do PIBID,
50 realizado na semana passada em Brasília, que foi extremamente produtivo e
51 que as considerações serão compartilhadas com a Prograd, destacando que será
52 necessário apoio dos Coordenadores Acadêmicos e dos Diretores de *Campus*
53 para as atividades que virão como consequência deste encontro. Com a
54 publicação da Portaria 260/2013/MEC, o PIBID vai exigir o movimento
55 colaborativo de todos os segmentos, entendendo que o PIBID é um projeto das
56 licenciaturas e que vem fortalecendo-as, em nível nacional. Até dia 7 de junho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

57 será preciso fazer em todos os campi uma rodada de discussão desta portaria.
58 Além disso, nos dias 4 e 5 de junho será realizado o I Encontro Institucional do
59 PIBID da UFFS, reunindo os 250 bolsistas para fazer uma mensuração dos
60 impactos do programa. O objetivo da Capes é expandir o número de
61 estudantes bolsistas em todo país. O conselheiro Edemar Rotta comunicou que
62 o *Campus* Cerro Largo realizou a aula inaugural dos cursos de Química e
63 Ciências Biológicas, e os demais cursos realizaram o início de suas atividades
64 dentro da normalidade. O conselheiro José Oto Konzen informou que o
65 *Campus* Realeza realizou audiência pública, organizada pelo Conselho
66 Comunitário, com a temática da universidade “que queremos” e as
67 perspectivas de desenvolvimento e expansão. O conselheiro Thiago Ingrassia
68 Pereira divulgou que na semana passada, o *Campus* Erechim realizou um
69 seminário de discussão curricular do curso de Ciências Sociais. Informou
70 ainda, que está sendo finalizado o processo de seleção do edital nº
71 124/UFFS/2013, de bolsistas para o grupo PET Práxis, com quinze inscritos
72 para as quatro bolsas ofertadas, o que mostra uma procura bastante
73 interessante para a continuidade do programa. Comentou ainda que o *campus*
74 tem grande dificuldade com a videoconferência, com cortes de áudio e
75 congelamento de imagem. O Presidente afirmou que este problema não foi
76 percebido nesta sessão, e se persistir e prejudicar o andamento da reunião,
77 que se pronunciem. Informou ainda que nos dias 13 e 14 de junho estará
78 acontecendo no *Campus* Chapecó uma reunião técnica do Programa Escolas
79 Interculturais de Fronteira, desenvolvido pelo Mercosul e pelo MEC, e que tem
80 algumas ações pensadas para a UFFS. Estarão participando representantes
81 das secretarias municipais e estaduais de Educação de RS, SC, PR, MS e RR,
82 além de dois representantes das universidades que participam do programa. O
83 evento será divulgado a todos os campi. Não havendo mais informes, passou-
84 se à Ordem do Dia: **1) Política de Graduação; 2) Tramitação de Processos**
85 **dos PPCs (apresentação da proposta da comissão); 3) Aprovação do**
86 **Calendário de Reuniões 2013; 4) Regulamento da Graduação.** O Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

87 encaminhou a retirada do item 4. Regulamento da Graduação, em função da
88 não finalização, por parte da comissão, da minuta para ser apreciada nesta
89 sessão. Solicitou a inclusão do item Revisão sobre a decisão de distribuição de
90 vagas docentes, encaminhada pela Coordenação do Curso de Letras, ao
91 Consuni, que encaminhou à Câmara de Administração e esta enviou à
92 CGRAD. Como não houve observações, a proposta de pauta foi aprovada,
93 ficando assim constituída: **1) Política de Graduação; 2) Tramitação de**
94 **Processos dos PPCs (apresentação da proposta da comissão) e**
95 **encaminhamento dos PPCs do curso de Educação no Campo –**
96 **Laranjeiras do Sul e Erechim ; 3) Aprovação do Calendário de Reuniões**
97 **2013; 4) Revisão da distribuição de vagas docentes.** Passou-se então, à
98 Ordem do dia: **1) Política de Graduação:** Conforme apresentado na última
99 sessão, o debate continua, utilizando por base o texto elaborado pela Diretoria
100 de Políticas de Graduação (DPGrad), encaminhado a todos os conselheiros. O
101 conselheiro Edemar Rotta registrou a significativa melhora no texto, desde a
102 versão anterior, mas ainda merece uma revisão nos termos de concordância e
103 linguagem. O conselheiro Thiago Ingrassia Pereira afirmou que o documento
104 expressa um conjunto de fatos que são pertinentes na discussão das políticas
105 de graduação, concordando com o conselheiro Edemar Rotta sobre a
106 necessidade de uma revisão do texto. A conselheira Angela Derlise Stübe
107 parabenizou a Prograd, no trabalho da DPGrad, pelo texto elaborado e chamou
108 a atenção, depois de discussão com os colegas do *campus*, sobre a questão
109 da Monitoria, pág. 28 do documento. Destacou o modo de inscrição dos alunos,
110 por colegiado, o que nem sempre contempla as disciplinas do Domínio
111 Comum. Talvez aqui, neste documento de políticas, poderia ficar mais clara a
112 vinculação dos alunos e a oferta de monitores, por áreas, contemplando
113 também o Domínio Comum e Conexo. A conselheira Maria Lúcia Marocco
114 Maraschin concordou com os comentários anteriores e destacou que, na
115 questão dos eixos norteadores, se tentar mensurar a possibilidade de
116 materialização destes eixos, que estão escritos de forma clara, mas que são



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

117 difíceis de serem mensurados e onde serão amarrados. Questionou como
118 estes eixos estarão articulados nos projetos pedagógicos e como as ações via
119 graduação materializarão estes princípios. Alertou que a indissociabilidade
120 entre ensino/pesquisa/extensão precisa ser amarrada em ações para não ficar
121 apenas no discurso. Também questionou a questão da interdisciplinariedade,
122 de como garantir esta formação aos estudantes. Na pág. 28, programa de
123 fomento ao ensino de graduação, entende que a Prograd assume, mas parece
124 que isso é efetivado com recursos da Secretaria Especial de Assuntos
125 Estudantis (SEAE), e é preciso ter um compromisso muito grande
126 institucionalmente, para se garantir este fomento. O prof. João Alfredo Braid
127 opinou que esta matéria deveria estar associada à tramitação do Regulamento
128 da Graduação, que de certa forma vai materializar alguns pontos que estão
129 postos na política. Será preciso fazer este debate de forma conjunta, para que
130 se garanta um regulamento que possibilite viabilizar algumas políticas
131 apontadas neste documento. O conselheiro José Oto Konzen destacou que
132 não fizeram uma apreciação detalhada do documento, mas observou que há
133 certa dificuldade em dar coerência na leitura e fundamentação ao longo do
134 documento. Na primeira parte, a fundamentação explicita bem o movimento de
135 aproximação da universidade com a sociedade. Ao longo do documento,
136 percebe-se que foram feitas leituras de vários lugares da universidade, com
137 análises bastante distintas e as categorias que se usa. A conselheira Maria
138 Lúcia Marocco Maraschin citou ainda, nos eixos norteadores, a questão da
139 “justiça cognitiva”, que trata da democratização do acesso ao conhecimento.
140 Talvez seria mais adequado o termo democratização, sendo necessário refletir
141 no que está posto no documento. O conselheiro Edemar Rotta sugeriu que na
142 parte inicial do documento, seja feita uma reflexão do cenário atual da
143 educação no Brasil, para situar que as políticas da UFFS estão sintonizadas
144 com o cenário nacional. Um segundo aspecto sugerido foi, a partir da pág. 59,
145 quando fala do horizonte de implantação de novos cursos de graduação, além
146 de contemplar as discussões da COEPE, que se utilize também o material



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

147 produzido através das discussões nos campi. O Conselho de *Campus* de Cerro
148 Largo aprovou um documento, fruto de quatro meses de debate, apontando um
149 cenário para qual o *campus* pretende se movimentar, que é um pouco diferente
150 do proposto pela COEPE, em 2010. Propôs enviar este documento à DPGrad,
151 para auxiliar na elaboração do item das “Políticas de Graduação”. O prof. Élsio
152 José Corá agradeceu as observações feitas pelos conselheiros e apresentou
153 suas inseguranças ao produzir este documento, principalmente na questão de
154 acabar “engessando” as políticas, que sabe-se tem uma dinamicidade na
155 universidade. A intenção é criar um documento que colabore, mas que ao
156 mesmo tempo não limite. Afirmou que todas as observações serão
157 incorporadas ao documento, para torná-lo mais coeso e objetivo. O conselheiro
158 Paulo Monteiro Nunes sugeriu, em virtude de problemas enfrentados por
159 algumas disciplinas, que no item “formação de acervos” seja prevista uma
160 política de aquisição de livros usados. No curso de Ciências Sociais, boa parte
161 da bibliografia é de livros que não são mais editados, constam nos PPCs, e não
162 se tem acesso, o que está prejudicando muito as disciplinas. Como
163 encaminhamento, ficou acordado entre todos o seguinte: os conselheiros
164 encaminharão à DPGrad sugestões ao texto, que após revisado, será enviado
165 aos Coordenadores Acadêmicos para discussão nos campi. Após, serão
166 recolhidas todas as sugestões e elaborado o texto final, para voltar à CGRAD.
167 Fica a critério de cada *campus* escolher como será a dinâmica do debate. Os
168 prazos: até dia 7 de junho encaminhamento de sugestões ao prof. Élsio Corá;
169 até 28 de junho este texto é encaminhado aos campi, que após o debate
170 retornam o documento para a DPGRAD até dia 10 de agosto. De 10 de agosto
171 a 10 de setembro, a Prograd trabalha na finalização do documento, o que
172 possibilitaria encaminhá-lo com bastante antecedência para a sessão de 26 de
173 setembro. **2) Tramitação de Processos dos PPCs (apresentação da**
174 **proposta da comissão) e encaminhamento dos PPCs do curso de**
175 **Educação no Campo – Laranjeiras do Sul e Erechim:** Esta discussão foi
176 encaminhada na última sessão, uma vez que há a preocupação da Prograd



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

177 com a quantidade de trabalho que envolverá a revisão dos PPCs, e é preciso
178 ter a definição de um procedimento que permita cumprimento dos prazos. Para
179 isso, foi designada uma comissão, composta por Rosane Binotto, Maria Lúcia
180 Marocco Maraschin, Juliano Caram e posteriormente se juntou ao grupo o
181 conselheiro Antonio Alberto Brunetta. Segundo a comissão, houve um pequeno
182 “desvio de rota” no trabalho, porque num diálogo que se estabeleceu com os
183 integrantes da equipe da Diretoria de Organização Pedagógica (DOP), alguns
184 dos membros da comissão tiveram acesso a uma minuta que estava sendo
185 elaborada lá e que tinha relação com esta discussão, que é uma instrução
186 normativa voltada especialmente para a organização da grade curricular dos
187 PPCs, e a comissão acabou trabalhando neste documento, que não era de fato
188 o objetivo proposto aqui. A DOP está preocupada com a quantidade de
189 trabalho que está por vir e considerando também alguns prazos que estavam
190 previstos, com relação à tramitação dos PPCs daqueles cursos que vislumbram
191 aprovar e implementar o projeto já em 2014. Já se sabe que pelo menos vinte e
192 dois processos deverão tramitar na CGRAD neste ano. A conselheira Angela
193 Derlise Stübe fez um pequeno histórico de como foi constituída a comissão,
194 qual era sua atribuição e relatou os diálogos ocorridos para formalizar a
195 proposta. Citou dois aspectos que precisam ser observados: proposição de
196 novos cursos, que deve ser pautada no PDI e requer uma discussão mais
197 ampla da comunidade acadêmica; e a realidade de revisão dos PPCs
198 empreendida pelos cursos que sinalizaram alterações. Apresentou como
199 proposição de fluxos e prazos para curso novo: o colegiado/grupo/comissão
200 elabora a primeira versão do PPC, que será avaliada e aprovada pelo
201 Conselho de *Campus*. Após, encaminharia à DOP para análise técnica e
202 parecer, através de processo via protocolo. A DOP fará uma análise
203 pedagógica e da legislação específica da área, emitindo parecer no qual
204 ressalte o que é necessidade de alteração, e o que é sugestão de alteração,
205 tendo um prazo de trinta dias para isso. O PPC retorna ao colegiado para
206 análise, ajustes e posterior encaminhamento à Prograd, via protocolo, num



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

207 prazo de mais trinta dias. A Prograd emitirá um parecer técnico-pedagógico
208 sobre o PPC, por meio de suas três diretorias, e esse parecer subsidia os
209 trabalhos do relator da Câmara de Graduação; prazo de trinta dias. Após isso,
210 a Prograd encaminha o PPC para a CGRAD, que nomeia seu relator e de
211 posse dos pareceres anteriores, este emite seu relato, tendo como prazo dez
212 dias antes da reunião subsequente. Levantou a questão de que, normalmente,
213 o relator faz sugestões ao PPC, que volta ao colegiado, e a CGRAD não toma
214 ciência sobre o que está sendo implementado é efetivamente o sugerido pela
215 Câmara. Caso haja alterações pela CGRAD, o PPC retorna ao colegiado para
216 efetuar as alterações e/ou justificar as alterações não efetivadas, que volta à
217 CGRAD para emissão da resolução de aprovação do PPC. O colegiado teria
218 vinte dias para encaminhar este memorando. Após a aprovação, há trinta dias
219 para o colegiado compilar a versão e-MEC e enviar à Prograd para os
220 procedimentos necessários. Para a revisão dos PPCs dos cursos já existentes,
221 surgiu a sugestão de dar como prazo máximos aos colegiados encaminharem
222 as alterações nos PPCs até início de setembro deste ano. O encaminhamento
223 seria diretamente à DOP, via protocolo, para uma análise técnica e de
224 legislação educacional, num prazo de trinta dias. O PPC retorna ao colegiado
225 para os ajustes necessários, e posterior encaminhamento à Prograd, no
226 máximo em trinta dias. Parecer da Prograd, mais trinta dias, e encaminhamento
227 à CGRAD para relator. Foram levantados alguns problemas, que podem
228 prejudicar o andamento dos trabalhos. O Presidente considerou que talvez
229 alguns prazos possam ser diminuídos, e se ao tramitar na CGRAD, o relator
230 poderia dialogar diretamente com o colegiado, ao fazer o seu relato, e ao emitir
231 o seu parecer, ele já apresenta quais foram as sugestões acatadas e quais não
232 aceitas pelo colegiado, devidamente justificadas. O relato já seria aprovado e
233 se ganharia tempo com isso. O conselheiro José Oto Konzen lembrou que no
234 ano passado trabalhou-se numa questão emergencial, agora se está num
235 período em que se pretende fazer alterações em alguns PPCs, mas de forma
236 mais elaborada e consistente. Portanto, é preciso avaliar se os prazos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

237 existentes em 2013 são suficientes para analisar o conjunto de propostas que
238 chegarão, e que dificilmente serão cumpridos até o edital do processo seletivo.
239 Ressaltou ainda, que existem vários cursos que tem edições em campi
240 diferentes, e que na sua versão inicial foram pensados para ter uma identidade
241 de curso. O conselheiro Edemar Rotta apresentou que sua preocupação maior
242 é com o processo seletivo, pois houve problemas sérios nos anos anteriores,
243 por conta da demora dos encaminhamentos na Câmara de Graduação. Qualquer
244 alteração em cursos de graduação vigentes na UFFS neste momento, deveria
245 estar concluída até o mês de agosto, se não se torna impraticável pensar o
246 processo seletivo. Na sua opinião, seriam analisados apenas os cursos que
247 precisam fazer uma alteração mais detalhada em sua matriz. O conselheiro
248 Paulo Monteiro Nunes destacou que é preciso ter claro qual é a natureza das
249 mudanças que serão feitas agora. Não são mais emergenciais, mas sim uma
250 mudança profunda até na natureza de alguns cursos. Segundo ele, corre-se o
251 risco de fazer uma reforma provisória, que vai ter que ser revista no próximo
252 ano novamente. Em virtude da grande carga de trabalho que está por vir,
253 sugeriu se não se poderia pensar em disposições transitórias, para dar conta
254 disto neste momento. O conselheiro Clóvis Butzge, para complementar a fala
255 anterior, destacou que a Resolução nº 003/2013 – CONSUNI/CGRAD,
256 parágrafo terceiro, fala que as alterações nos PPCs respeitarão o intervalo
257 mínimo de integralização do PPC, reforçando a tese de que é preciso proceder
258 de forma madura. O Presidente afirmou que, mesmo que sejam estabelecidos
259 prazos exequíveis, o que preocupa é que todos os processos para revisão
260 chegarão nos último minuto do último dia de prazo, tendo trinta dias para
261 revisar trinta PPCs, o que submeterá a equipe da Prograd e os próprios
262 colegiados, a uma carga de trabalho exagerada. Apontou ainda que, apesar de
263 alguns cursos terem feito reformulações, ainda aparecem incongruências
264 importantes, percebidas pelas comissões de avaliação do MEC. Sugeriu que se
265 fizesse a revisão de PPCs tendo por base os relatório de avaliação dos cursos
266 que já ocorreram, para não cometer os mesmos erros. A pedagoga Dariane



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

267 Carlesso destacou que, com relação ao fluxo apresentado pela comissão, foi
268 sinalizado que um processo novo deva ser aprovado no Conselho de *Campus*
269 e via protocolo fosse encaminhado à DOP. Entende a preocupação do registro,
270 mas pela experiência até então, o interessante seria que o diálogo da DOP
271 com a coordenação de curso se desse em arquivos .odt. Pensando na
272 economia de papel e na praticidade de diálogo do colegiado com a DOP,
273 sugeriu manter a sistemática de que eles viessem via memorando, por e-mail.
274 Falou ainda que, por mais que os projetos sejam aprovados na forma de *ad*
275 *referendum*, existe todo um trabalho anterior de revisão que a DOP é
276 responsável, e que exige tempo. O prof. João Alfredo Braida declarou, com o
277 fluxo desenhado aqui, que se aprovado, a Câmara terá que trabalhar com ele e
278 comunicar a toda a comunidade acadêmica a respeito. A outra opção seria dar
279 tratamento diferenciado, através de disposições transitórias, para as revisões
280 que estão previstas no ano de 2013, mas ainda assim talvez alguns processos
281 fiquem de fora. Poderia ser antecipado o prazo, inicialmente previsto para final
282 de setembro, para início de agosto, para garantir isso, não criando falsas
283 expectativas na comunidade acadêmica. O conselheiro Edemar Rotta insistiu
284 em dois procedimentos: cursos novos não há exequibilidade para 2014; dos
285 PPCs que implicam alterações mais significativas, deveria-se estabelecer o
286 final do mês de julho para entrada na Prograd, após análise e identificados
287 aqueles que possuem uma alteração mais profunda, vão para CGRAD para
288 serem apreciados. Aqueles que são apenas adequações são aprovados *ad*
289 *referendum*, para permitir que ainda em setembro se esteja analisando as
290 vagas para o processo seletivo. O conselheiro Clóvis Butzge disse que em
291 Realeza estão trabalhando com o prazo enviado pela DOP, que era 30 de
292 setembro, e que terá que ser revisto. Sugeriu discutir nos campi quais são os
293 cursos que precisam fazer essa reformulação para 2014. O conselheiro Thiago
294 Ingrassia Pereira comunicou que, pelo que tem acompanhado no *Campus*
295 Erechim, há movimentações nos diversos colegiados para revisão dos PPCs.
296 Concordou com o conselheiro Edemar Rotta no que diz respeito a não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

297 prejudicar o processo seletivo e sua divulgação, a partir de outubro. O
298 conselheiro Juliano Caram destacou que, no *Campus* Chapecó, alguns cursos
299 estão em conversas iniciais sobre a reformulação, porém nada efetivo ainda.
300 Eles tem a expectativa de que em 2014 essa mudança já seja implementada,
301 mas não tem noção destes prazos. Alertou do perigo destas reformulações não
302 serem feitas neste momento de uma forma conectada, porque a UFFS tem um
303 número reduzido de professores e se cada curso for pensado de forma isolada,
304 surgirão problemas lá na frente. Seria mais prudente que a CGRAD tomasse
305 uma posição de dizer quais são os prazos e fluxos, e que é impossível fazer
306 qualquer reformulação agora. Não é muito favorável a disposições transitórias
307 e sugere que se faça a proposta desses fluxos e prazos, e que se leve para
308 conhecimento das coordenações acadêmicas. A conselheira Maria Lúcia
309 Marocco Maraschin lembrou que a UFFS é uma universidade em implantação,
310 com cursos não concluídos e este é um ponto de partida, a prudência seria a
311 melhor alternativa neste momento. Quem passou pelo processo de avaliação,
312 já tem um parâmetro e olhar externo. Sugeriu que não fossem feitas alterações
313 profundas na matriz sem ter tido avaliação externa. O Presidente levantou a
314 questão de que quando um projeto tramita na CGRAD, deveria ser emitido
315 relato a partir da política de graduação da universidade, o que possibilitaria que
316 todos os cursos representassem de fato o projeto da universidade. Mas isso
317 ainda não existe e os cursos próximos sequer dialogam entre si e é preciso ter
318 projetos iguais de cursos, respeitando as particularidades de cada *campus*.
319 Antes de realizar qualquer revisão, é preciso ter definida a política de
320 graduação, finalizar na sequência a discussão do Regulamento da Graduação,
321 para aí sim começar um processo efetivo de revisão dos PPCs. Destacou que
322 a Prograd tem o papel de manter diálogo com os cursos, mostrando o que
323 significam estes prazos, e desfazer a impressão de que se forem
324 encaminhados trinta projetos de PPCs até 30 de setembro, isso é possível.
325 Antecipar o prazo agora vai causar transtorno, e mesmo assim talvez nem
326 todas as revisões sejam aprovadas. Também falou da qualidade dos projetos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

327 que apresentados, o que tem causado um retrabalho muito grande na DOP,
328 pois alguns docentes insistem em não seguir as regras básicas. Mesmo no *ad*
329 *referendum*, não será possível dar conta se os projetos não estiverem dentro
330 das normas mínimas exigidas. Como encaminhamento, foi sugerido antecipar o
331 prazo máximo, de setembro para 30 de julho, já prevendo que o máximo será o
332 único prazo. A partir desta mudança do prazo, fazer um trabalho com as
333 coordenações acadêmicas e de cursos, explicando da necessidade de que,
334 mesmo com esse prazo, é preciso que os projetos venham minimamente
335 dentro das normas, mas que sua tramitação seja mais rápida, e mesmo assim
336 corre-se o risco de não ter solução para todos os casos ainda neste ano. Que
337 os colegiados avaliem a possibilidade de tramitar as revisões de PPCs no ano
338 que vem. Sobre o prazo previsto para tramitação dos PPCs e a proposta da
339 comissão, aprofundar a discussão e quem sabe aprovar na próxima sessão.
340 Feitas as observações de hoje, a comissão pode colocar isso em forma de
341 resolução e apresenta já com seu relato final, para votação e deliberação. O
342 conselheiro José Oto Konzen concordou com o encaminhamento e comentou
343 ainda que, até o ano passado, não foram feitas alterações no corpo do texto
344 dos PPCs, no que diz respeito ao histórico institucional, justificativa de criação
345 do curso, entre outras, e estes tópicos precisam ser atualizados. O Presidente
346 lembrou que está, dentro do Consuni, um processo de análise final do PDI, e
347 estes textos tem que refletir o PDI. Talvez esse seja um documento que possa
348 ser utilizado na construção destes textos, criando-se uma equipe para realizar
349 o trabalho. A pedagoga Dariane Carlesso comentou a necessidade de um
350 diálogo da comissão com a DOP, para ajustar os prazos e fluxos. O Presidente
351 enfatizou que, com relação às informações necessárias para o processo
352 seletivo e da necessidade de fazer uma revisão das vagas ofertadas, este é um
353 debate que está muito vinculado à questão dos PPCs, mas que deveria ser
354 feito de imediato. Finalizado o processo seletivo 2013, a Prograd tem
355 condições de fazer um relatório e imediatamente começar um debate sobre a
356 oferta dos cursos, da forma de oferta (quantidade de turmas e vagas). Todos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

357 aprovaram o encaminhamento. O Presidente ainda levantou a questão dos dois
358 PPCs de Licenciatura em Interdisciplinar no Campo – *Campus* Erechim e
359 Laranjeiras do Sul, que precisam ser aprovados e que estão em fase final de
360 análise pela DOP. Ficou definido que, assim que os projetos estiverem prontos,
361 a Presidência indicará os conselheiros relatores, que se possível, deverão
362 apresentar os seus relatos na próxima sessão. **3) Aprovação do Calendário
363 de Reuniões 2013:** Foi encaminhada a sugestão de calendário de reuniões a
364 todos os conselheiros e o mesmo foi aprovado por unanimidade, sendo em
365 seguida publicada resolução. **5) Revisão da distribuição de vagas docentes:**
366 O Presidente apresentou a solicitação recebida do curso de Letras – *Campus*
367 Chapecó (ANEXO I), que considera que a demanda do curso não foi atendida e
368 solicita uma revisão na distribuição das vagas docentes. A presente solicitação
369 foi encaminhada ao Consuni, que encaminhou à Câmara de Administração e
370 esta, à CGRAD. Após discussões a respeito, ficou acordado que será
371 solicitado ao curso de Letras que se manifeste a respeito das razões para tal
372 pedido, para deliberar qual encaminhamento a ser dado. Todos concordaram
373 com este encaminhamento. O Conselheiro Thiago Ingrassia Pereira lembrou
374 que foi enviado e-mails aos demais conselheiros, acolhendo sugestões para o
375 seu relato do Processo nº 23205.000894/2013-13 – Regimento Interno das
376 Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Assistência
377 Estudantil da UFFS. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o prof.
378 João Alfredo Braida agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às
379 doze horas e sete minutos, na qual eu, Debora Cristina Costa, Técnica em
380 Assuntos Educacionais da Pró-Reitoria de Graduação, lavrei a presente Ata,
381 que após aprovada, será devidamente assinada por mim e pelo Presidente.
382 Chapecó 22 de maio de 2013.